

CAPÍTULO 2. AS PERCEPÇÕES INCONSCIENTES E O CONHECIMENTO

Comprovada a existência das percepções inconscientes, i.e., que existem objetos inconscientemente percebidos, afetando o corpo e a própria alma, desde seu interior, passamos ao exame do papel que esses mesmos objetos desempenham no desenvolvimento do pensamento de Leibniz.

Neste segundo capítulo, analisaremos como Leibniz prova a existência das idéias inatas, como estas idéias se articulam com os conhecimentos da matemática e da física, e como esta prova também serve para demonstrar a existência das percepções inconscientes. Em seguida, analisaremos a tese mais importante acerca dessas percepções, a saber: o espírito não pode se tornar consciente daquilo de que já tem consciência, logo, ele só pode se tornar consciente do inapercebido.

SECÇÃO 1. DA EXISTÊNCIA DAS IDÉIAS INATAS

No Cap.4 da Parte I deste trabalho vimos que é apenas a partir da *meditação* que as almas humanas conseguem aperceber de maneira distinta e separada (*in abstracto*) as idéias e princípios inatos que trazem consigo mesmas em seu entendimento puro:

O espírito se apóia sobre esses princípios a todo momento, mas não chega tão facilmente a distingui-los e representá-los **distinta e separadamente**, visto que isso exige uma grande **atenção** ao que ele faz, e a maior parte das pessoas, pouco habituadas a **meditar**, não têm tal **atenção** (NE, I.i. §20, p.66).

Ou seja, é por meio da *meditação* que as almas humanas ascendem aos conhecimentos mais altos, tais como os que encontramos na física e, principalmente, na matemática.

Todavia, também dissemos que estas idéias e princípios (considerados em si mesmos) estão em nós de maneira inconsciente: “O que é inato nem por isso é logo conhecido clara e distintamente: necessita-se de muita atenção e ordem para apercebê-lo, sendo que as pessoas de *estudo* nem sempre o atingem, muito menos qualquer criatura humana” (NE, I.ii.§12, p.75).

Antecipando o questionamento que Kant apresentará na Introdução B da *CRP*

(1787)⁴⁷, Leibniz contraporá ao empirismo de Locke a seguinte e decisiva argumentação: Todas os nossos conhecimentos derivam da indução e dos exemplos particulares da experiência ou existem alguns que derivam do fundo de nós mesmos? Ora, se por via de alguns de nossos conhecimentos podemos **prever** vários acontecimentos antes de qualquer experiência que tenhamos feito acerca daquilo a que o conhecimento se refere, é forçoso concluir que contribuímos com algo de nosso para isso:

todas as verdades dependem da experiência, isto é, da indução e dos exemplos, ou (...) existem algumas que possuem ainda um outro fundamento [?]. Com efeito, se alguns acontecimentos podem ser **previstos** antes de qualquer experiência que tenhamos feito, é manifesto que contribuímos com alguma coisa de nosso para isto. (NE, Pref., p.38).

Se por via de alguns de nossos conhecimentos, Leibniz nos diz na *Carta à rainha Charlotte* (1702), atingimos verdades necessárias, que não podem ser derivadas das simples induções sobre casos particulares do sensível, é necessário admitirmos que contribuímos com algo de nosso para esses conhecimentos serem desenvolvidos:

Uma vez que os sentidos e as induções nunca podem ensinar-nos verdades perfeitamente universais, nem aquilo que é absolutamente necessário, mas somente aquilo que é dado por exemplos particulares; e uma vez que contudo conhecemos verdades necessárias e universais (...) segue-se que derivamos essas verdades em parte daquilo que está dentro de nós (GP, VI, *Letter to Queen Sophie*, p.505).

Desta forma, apesar dos sentidos serem necessários para todos os nossos conhecimentos atuais (despertando as idéias inatas e dando a elas casos particulares para serem aplicadas pelo entendimento), eles não são capazes de dar-no-los todos, pois deles só obtemos exemplos, que nos possibilitam, no máximo, generalizações: “Os sentidos, se bem que necessários para todos os nossos conhecimentos atuais, não são suficientes para dar-no-los todos, visto que eles só nos fornecem exemplos, ou seja, verdades particulares ou individuais” (NE, Pref., p.38).

E quais são esses conhecimentos? Segundo Leibniz, eles podem ser distinguidos em dois grupos: 1. são os conhecimentos relativos às ciências demonstrativas, como a matemática, a moral e a metafísica; e, 2. os conhecimentos relativos à física.

⁴⁷ KANT. **Critique of Pure Reason**. Trad. Paul Guyer e Allen Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p.136, B1-2.

1. Os relativos às ciências demonstrativas são os que nos permitem ascender às verdades necessárias:

Daqui parece dever-se concluir que as verdades necessárias, as quais encontramos na matemática pura e sobretudo na aritmética e na geometria, devem ter princípios cuja demonstração independe dos exemplos, e conseqüentemente também do testemunho dos sentidos, embora se deva admitir que sem os sentidos jamais teria vindo à mente pensar neles. (...) Também a lógica, a metafísica e a moral, uma das quais forma a teologia e a outra a jurisprudência, todas as duas naturais, estão repletas de tais verdades necessárias, e por conseguinte sua demonstração não pode provir senão de princípios internos que se denominam inatos (NE, Pref., pp.38-9).

Nesses conhecimentos encontramos uma relação necessária entre todos os termos envolvidos: tanto entre os predicados quanto entre os predicados e o seu substrato. Assim, por exemplo, sabemos que o triângulo tem três lados, três ângulos, que a soma de seus ângulos internos é sempre 180° , que a soma de seus ângulos externos é de 360° , e que todas essas propriedades se ligam necessariamente ao mesmo sujeito, triângulo, e podem ser demonstradas umas pelas outras.

Por isso, Leibniz dirá que são os conhecimentos mais perfeitos que podemos desenvolver. Ou, pelos menos, os mais perfeitos que nós, seres imperfeitos que somos, podemos alcançar:

Quando tudo aquilo de que se compõe uma noção distinta se conhece ademais distintamente, ou quando a análise chega até seus últimos elementos, o conhecimento é adequado, e não sei se os homens podem oferecer um exemplo *perfeito* deste, ainda que a noção de **número** se aproxime muito (GP, IV, *Meditações*, p.423).

Defini outrora *ideam adaequatam* (uma idéia perfeita) aquela que é tão distinta que todos os seus elementos componentes são distintos, como é o caso, **aproximadamente**, da idéia do número. (...) na geometria, onde encontramos idéias perfeitas (...) podemos provar que as seções terminadas do cone e do cilindro feitas por um plano são as mesmas, isto é, elipses, e isso não nos pode ser desconhecido se prestarmos atenção, visto que as noções que temos delas são perfeitas (NE, II.xxxi.§2, p.206-7).

Todavia, não podemos nos enganar, pois, apesar de comporem o conjunto mais perfeito de todos os nossos conhecimentos, a matemática não é absolutamente perfeita, porque: “existem graus na dificuldade que temos de aperceber o que está em nós” (NE, I.i.§5, pp.61-2). Isto se deve justamente ao fato de suas idéias estarem no espírito de modo **inconsciente**, como **conhecimentos virtuais**: “falta muito para chegarmos à perfeição da análise na geometria e nos números” (NE, IV.ii.§7, p.291):

deve-se dizer que toda aritmética e toda geometria são inatas, estando em nós de maneira virtual, de maneira que podemos encontrá-las em nós considerando

atentamente e ordenando o que já temos no espírito, sem utilizar qualquer verdade aprendida por experiência ou pela tradição dos outros (NE, I.i.§5, p.61).

Além disso, deve-se levar em conta o mais importante, no que diz respeito a esse tema: as idéias inatas não estão em nós independentemente umas das outras. Todas elas relacionam-se entre si. E isso torna sua dedução absolutamente complexa: “mesmo as idéias mais claras e mais distintas não nos dão sempre tudo o que se exige e tudo o que se pode deduzir” (NE, IV.xvii.§13, p.386). Leibniz afirma: “Porventura se imagina que, na nossa teoria, as verdades estão no entendimento como independentes umas das outras e como os editos do pretor estavam no seu pelourinho ou *album?*” (NE, I.ii.§2, p.70).

2. Os conhecimentos relativos à física são aqueles que nos permitem prever os acontecimentos no âmbito da natureza.

Apesar trazer em seu bojo juízos de razão provenientes da matemática, o conhecimento da Física não é inteiramente desta ordem, pois ele se baseia também nas observações dos fatos e em juízos que não são passíveis de prova *a priori*. Por isso, Leibniz afirmará que suas conclusões são mistas (*hybrida conclusio*) e se seguem de premissas formadas por juízos de fato e juízos de razão, juízos constituídos a partir de generalizações e juízos necessários:

Existem finalmente *proposições mistas*, as quais são tiradas de premissas, das quais algumas provém dos fatos e das observações, e outras são proposições necessárias; tais são uma série de conclusões geográficas e astronômicas sobre o globo da terra e sobre o curso dos astros, que nascem pela combinação dos viajantes e dos astrônomos com os teoremas de geometria e de aritmética. Todavia, como segundo o uso dos mestres da lógica *a conclusão segue a premissa mais fraca* e não pode fornecer mais certeza do que as premissas, essas proposições mistas não podem apresentar mais do que a certeza e a generalidade que pertencem à observação (NE, IV.xi.§14, p.352).

Apoiada em alguns juízos de razão, i.e., matemáticos, a Física nos permite ascender às *razões dos fatos*, pois as idéias *a priori* que trazemos em nós mesmos correspondem exatamente à regularidade dos acontecimentos *in re*. Isso se verifica e se comprova pela **capacidade de previsão** que esses conhecimentos nos facultam: “o fundamento da verdade das coisas contingentes e singulares está no **sucesso** que faz com que os fenômenos dos sentidos sejam ligados justamente como as verdades inteligíveis o exigem” (NE, IV.iv.§5, p.309)⁴⁸:

⁴⁸ Cf. NE, IV.xi.§10, p.351.

a conexão dos fenômenos, que garante as *verdades de fato* em relação às coisas sensíveis existentes fora de nós, **verifica-se** por intermédio das *verdades da razão*, como as aparências da óptica se esclarecem pelas verdades da geometria (NE, VI.ii.§14, p.295).

Desta maneira, a partir da constatação de que existem conhecimentos que não são derivados de generalizações sobre casos particulares da experiência, Leibniz prova contra Locke, que as idéias inatas devem existir para responderem por esses conhecimentos (no sentido de serem sua fonte originária e mantenedora): “Vedes, portanto, que não aceito o que afirmais, isto é, que possamos adquirir todos os nossos conhecimentos sem necessitarmos das impressões inatas” (NE, I.i.§1, p.59).

A demonstração originária das verdades necessárias vem exclusivamente do entendimento, ao passo que as demais verdades procedem das experiências ou das observações dos sentidos. O nosso espírito é capaz de conhecer umas e outras, mas a fonte das primeiras; e qualquer que seja o número de experiências particulares que possamos ter de uma verdade universal, não podemos ter certeza dela pela indução, sem conhecer pela razão a sua necessidade (NE, I.i.§5, p.63).

E isso, também, é uma outra prova da existência das percepções inconscientes, ou melhor, da existência de objetos percebidos inconscientemente pela alma, pois, se não houvesse essas idéias inatas em nós, **das quais nem sempre nos apercebemos** (consideradas em si mesmas), não se poderia explicar como desenvolvemos tais conhecimentos de natureza *a priori*, que não podem ser hauridos a partir das simples induções: “a natureza não trabalhou inutilmente ao imprimir em nós os conhecimentos inatos, visto que sem eles não haveria nenhum meio de atingir o conhecimento das verdades necessárias nas ciências demonstrativas, bem como as razões dos fatos” (NE, I.i.§25, p.68).

SECÇÃO 2. DA PETIÇÃO DE PRINCÍPIO: A ALMA NÃO PODE TOMAR CONSCIÊNCIA DAQUILO DE QUE JÁ TEM CONSCIÊNCIA

Por fim, cabe analisarmos a questão mais importante de todas, no que diz respeito ao tema das percepções inconscientes na filosofia de Leibniz. Segundo o pensador: nós não podemos nos tornar conscientes daquilo de que já somos conscientes. Logo, todo apercebido deve provir do inapercebido.

De acordo com Locke, é um absurdo admitir que a alma possa estar pensando quando não tem consciência disso. Para o filósofo inglês, pensar é sempre um ato

consciente: “Não é fácil imaginar que uma coisa possa pensar e não sentir que está pensando” (NE, II.i.§11, p.90). Por exemplo, que um homem possa estar pensando enquanto dorme, ou enquanto está desacordado por qualquer motivo: “Filaeto - Duvido que eu tenha pensado na noite anterior. É uma questão de fato, cumpre resolvê-la por experiências sensíveis” (NE, II.i.§10, p.89); “Filaeto - Dizer que o corpo é extenso sem ter partes, e que uma coisa pensa sem se aperceber que está pensando, são duas afirmações que parecem igualmente ininteligíveis” (NE, II.i.§19, p.93).

Ora, sabemos que pensar, para Leibniz, é o mesmo que perceber. E que a alma humana está sempre percebendo: os objetos materiais de todo o universo (por via das idéias que traz consigo e que emergem de seu fundo em paralelo com as afetações sofridas pelo corpo), as idéias inatas de seu entendimento puro e as idéias retidas na memória; mesmo quando não tem consciência disso: “do fato de que não nos damos conta do pensamento, não segue que ele cesse de existir” (NE, II.i.§10, p.89).

Logo, se o filósofo inglês afirma que a alma não pode pensar sem saber que está pensando, para Leibniz, isso só pode significar que a alma, na concepção de Locke, tem apenas percepções conscientes. Ou seja, pensamentos conscientes. E que não existe nada na alma de que ela não se dê conta, ou que não esteja sempre percebendo atualmente (apercebendo). Portanto, por esta concepção - excluídas as idéias inatas, que Locke não admite -, a alma estaria percebendo o tempo inteiro: todas as idéias retidas em sua memória e todas as idéias que traz consigo, relativas às afetações sensíveis sofridas pelo corpo⁴⁹.

Importa considerar que nós pensamos em uma quantidade de coisas ao mesmo tempo, mas só prestamos atenção aos pensamentos mais notáveis: não poderia ser de outra forma⁵⁰, pois, se prestássemos atenção a tudo, seria necessário pensar com atenção em uma infinidade de coisas ao mesmo tempo, coisas que sentimos **todas**, e fazem impressão sobre os nossos sentidos (NE, II.i.§11, p.90).

Contra essa concepção, Leibniz afirmará: se a alma só tivesse percepções conscientes ela nunca conseguiria passar a um pensamento novo, nem advindo da memória, nem relativo ao sensível, pois já estaria percebendo todos eles, e teria de

⁴⁹ Isso não significa que Locke admita essas duas teses. Elas são conseqüências, extraídas por Leibniz, da tese defendida por ele: não podemos pensar sem saber que estamos pensando. E Leibniz não ignora isso. Quer dizer, não argumenta contra Locke desta maneira por ignorar as verdadeiras concepções do filósofo inglês. Cf. NE, I.i.§5, pp.61-2 (segunda e terceira intervenção de Filaeto); NE, I.iii.§20, p.82; e, NE, II.x, p.110.

refletir sobre aquilo mesmo que já é objeto de sua reflexão. Isso equivaleria a dizer que a alma só poderia tomar consciência daquilo de que já tem consciência. Ou seja, equivaleria a uma petição de princípio, um absurdo: “quando afirmais que não existe na alma nada de que ela não se dê conta, cometeis uma petição de princípio” (NE, II.i.§19, pp.93-4). Além do que, não se explicaria como efetivamente nos lembramos de alguns de nossos pensamentos passados, dado que, para serem lembrados, necessariamente eles devem estar esquecidos na alma, ou seja, devem estar na alma de maneira inconsciente:

Ao que parece nosso inteligente autor [Locke] pretende que não existe nada de virtual em nós, e nada que não percebamos sempre atualmente; todavia, o autor não pode tomar isto a rigor, pois do contrário sua opinião seria por demais **paradoxal** visto que mesmo os hábitos adquiridos e as provisões da nossa memória não são sempre apercebidos e nem sequer nos acodem quando necessitamos, embora muitas vezes consigamos recolocá-las facilmente no nosso espírito em alguma ocasião pouco importante que nos faz lembrar-nos delas, assim como para lembrar-nos de uma canção, basta ouvir-lhe o começo (NE, Pref., p.40).

Por isso, conclui Leibniz, é necessário admitir que nossos pensamentos atuais sempre advenham de uma instância não conscientemente percebida (percebida inconscientemente), seja do sensível ou de nós mesmos (da memória, ou do entendimento puro), para que deles efetivamente a alma possa tomar consciência. Caso contrário, haveria petição de princípio, e ter-se-ia de assumir que a alma reflete ao infinito sobre suas próprias reflexões, como espelhos colocados um diante do outro, atravancando toda máquina perceptual:

Perdoai-me, mas sinto-me obrigado a dizer-vos [a Filaleto] que, **quando afirmais que não existe na alma nada de que ela não se dê conta, cometeis uma petição de princípio** que dominou durante toda a nossa primeira discussão e da qual certos autores se servem para destruir as idéias e verdades inatas. Se concordássemos com este princípio, além de contrariarmos a experiência e a razão, renunciaríamos sem razão à nossa opinião, que acredito ter tornado suficientemente inteligível. Entretanto, além do fato de que os nossos adversários não trouxeram prova para aquilo que afirmam tantas vezes e com tanta convicção, é fácil demonstrar-lhes o contrário, isto é, que não é possível que reflitamos sempre expressamente sobre todos os nossos pensamentos; do contrário o espírito refletiria sobre cada reflexão ao infinito, sem jamais poder passar a um novo pensamento. Por exemplo, ao aperceber algum sentimento presente, eu deveria pensar sempre que estou pensando nele, e pensar ainda que penso que estou pensando nele, e assim até o infinito. Ora, é necessário que eu cesse de refletir sobre todas essas reflexões, e que haja, finalmente, algum pensamento que deixemos passar sem pensar nele⁵¹; do contrário, permaneceríamos sempre fixos na mesma coisa (NE, II.i.§19, pp.93-4).

⁵⁰ Ou seja, não poderíamos perceber conscientemente todos os nossos pensamentos.

⁵¹ Quer dizer: sem pensar conscientemente nele.

Deste modo, é necessário que a alma perceba de modo inconsciente uma série de coisas, e que seja destes elementos inconscientes que venha aquilo que será percebido conscientemente, pois a alma não pode se tornar consciente daquilo de que já tem consciência. O que corrobora o que já vínhamos dizendo, pois: a *sensação* surge de afetações insensíveis, as idéias presentes na memória estão na alma de forma inconsciente, e, da mesma maneira, as idéias inatas do entendimento puro.

Isso também é uma outra prova da existência das percepções inconscientes, pois, se elas não existissem, não haveria modo da máquina perceptual operar. E não existiriam meios da alma desenvolver os pensamentos conscientes, que em tudo contribuem para a perfeição do gênero humano. Principalmente quando bem utilizados na *meditação*, i.e., na tomada em separado (*in abstracto*) das idéias inatas do entendimento puro.

Neste Capítulo, vimos a prova da existência das idéias inatas que estão no espírito de maneira inapercebida. Conseqüentemente, outra prova da existência das percepções inconscientes. E, por fim, a prova de que é necessário existirem percepções inconscientes, ou, elementos inconscientemente percebidos, visto que a alma não pode tomar consciência daquilo de que já tem consciência.